

**«ARQUITECTURA REGIONAL».
DEBATES E PROPOSTAS EM TORNO DA CASA
AÇORIANA NA I REPÚBLICA**

Isabel Soares de Albergaria*

1. Antecedentes: o tema da casa popular

Na Exposição de Artes e Indústrias realizada no *Relvão*, em 1901, por ocasião da visita régia de D. Carlos e D. Amélia, entre os diversos pavilhões ostentando arquiteturas exóticas, aparece a reconstituição de uma modesta casa popular micaelense.

Foi esta a primeira vez que o tema da habitação como parte da cultura material popular aparece de forma emblematizada, contrastando pela simplicidade absoluta da sua aparência, com as formas elegantes e festivas dos restantes pavilhões. (fig.1)

A descrição da casa popular tinha merecido já por parte do naturalista oitocentista Francisco Arruda Furtado (1854-1887), uma breve referência escrita, pelo que não podemos deixar de ver nessa descrição da habitação rural do povo micaelense o mote para a reconstituição realizada na exposição do Relvão.

«A habitação dos camponeses micaelenses mais pobres é das construções civilizadas mais simples» – diz Arruda Furtado. «Quatro paredes grossas não fechando uma superfície de mais de 40 metros quadrados e da altura suficiente para conter uma porta por onde passe um homem alto sem se curvar muito, um tecto de palha da mais simples e fraca armação, mas bastante

* Universidade dos Açores. Centro Gaspar Frutuoso

alto; eis o que basta para abrigar pai, mãe e meia dúzia de filhos.»¹

20 anos mais tarde, a mesma imagem é reproduzida num artigo da conceituada revista *National Geographic Magazine* dedicada aos Açores e serve ainda para a edição postal da Papelaria Travassos, cujo proprietário, Evaristo Travassos, foi um dos mais activos membros da Sociedade Propagadora das Notícias Micaelenses, um organismo votado à promoção turística do arquipélago. (fig. 2 e fig. 3) A par do vestuário, da cerâmica, dos bordados, cestaria e de tantas outras artes populares, a casa rural entra no conjunto de imagens destinadas a representar a identidade regional. Não deixa de ser curioso que o trecho de paisagem rural da ilha Terceira, reproduzido num vaso de cerâmica terceirense dos anos 20, mostre um figurino diferente daquele que é veiculado para a casa micaelense, onde o elemento da *chaminé de mãos postas* é um traço de reconhecida originalidade.(fig.4)

Mas é preciso atender ao facto de que em todas estas representações a «casa rural» mostra-se como mera ilustração das artes populares, colhida de forma impressionista enquanto modalidade da paisagem, sem que se constitua num tema de estudo submetido a uma tipologização minimamente orientada por critérios científicos ou se converta num assunto prático, envolvendo preocupações de carácter funcional ou técnico.

Coube ao etnógrafo Luís Bernardo Leite Ataíde (1883-1955) o mérito de eleger o tema da «arquitectura regional» como objecto de estudo, enquanto o seu contemporâneo Ernesto Canto da Maia se revelava mais sensível a questões de teor prático tais como as condições de higiene, luz e arejamento, numa palavra, o conforto da habitação.

1. FURTADO, Francisco de Arruda - *Materiaes para o estudo anthropologico dos povos açorianos : observações sobre o povo michaelense*. Ponta Delgada: [Typ. Popular], 1884. p.18.

2. A *Arquitectura Regional* na obra de Leite Ataíde, 1919-20

Leite Ataíde, além de advogado e político, foi também pintor amador e investigador nos campos da história da arte e da etnografia, praticando estas disciplinas à maneira do que, antes dele, haviam feito Joaquim de Vasconcelos e Vergílio Correia nos moldes de uma «etnografia espontânea» – para usar a expressão de João Leal².

Em 1919 (no mesmo ano do número referido da *Geographic Magazine*) publica na *Revista Michaelense* um artigo intitulado «Apointamentos sobre Arquitectura Regional»³. Ao longo de trinta páginas percorre exemplos da arquitectura antiga de São Miguel, fornecendo pelo meio uma proposta formalizada da «casa de carácter regional». (fig.5)

As reflexões que Leite Ataíde produz acerca da «arquitectura regional» fazem eco do programa de «nacionalização da arte portuguesa» que dominou o pensamento intelectual português da segunda metade do século XIX, contra a introdução continuada dos «estrangeirismos», e inscreve-se, mais directamente, na leitura «regionalizada» da versão da *Casa Portuguesa*, intensamente explorada desde a última década do século XIX, e particularmente vulgarizada com as obras do arquitecto Raul Lino⁴.

2. LEAL, João - *Etnografias portuguesas (1870-1970) : cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Public. Dom Quixote, 2000. p. 15.

3. ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de - Apointamentos sobre arquitectura regional. *Revista michaelense*. Ponta Delgada. nº 3 (1919) pp. 315-343.

4. Raul Lino foi o autor d' *A Nossa Casa*, uma obra que publicada em 1918 teve uma ampla divulgação nacional, a que se seguiram *A casa portuguesa* (1929) e pouco depois as *Casas Portuguesas*, em 1933. Foi o mais conhecido protagonista do movimento da *casa portuguesa*, como autor e divulgador, tendo levado mais longe a institucionalização de um formulário arquitectónico que pretendia ser a tradução da singularidade portuguesa da habitação.

Pressupostos históricos e ideológicos

O estudo da arte popular e designadamente da arquitectura, depois dos arranques abortados por Rosa Peixoto⁵ relativamente ao continente, e Arruda Furtado, no caso açoriano⁶, recebe novo e decisivo impulso no período da Primeira República, em grande parte devido aos trabalhos de Joaquim de Vasconcelos e Adolfo Coelho.

É sobretudo Joaquim de Vasconcelos, etnólogo e historiador de arte, que vemos como mestre de Leite Ataíde. A atenção que dedicou à arquitectura românica, até então ignorada e esquecida face ao brilho da arte manuelina dos Descobrimentos, é um dos maiores contributos de Joaquim de Vasconcelos. «A arte românica [é] o nosso primeiro brasão artístico», o estilo que melhor define a origem da arte portuguesa, e da própria nação – defendia ele⁷. O românico permitira a fusão entre «nacional» e «popular», e dessa fusão manifestara-se o «génio do povo» que era também o artista natural. Joaquim de Vasconcelos acreditava ainda que pertencia ao período românico a definição de alguns dos temas decorativos mais consistentemente usados pela arte popular. «Popular» e «Nacional» emergiam, assim, como termos da mesma equação.

A questão da unidade nacional *versus* diversidade regional atravessa o debate sobre a *casa portuguesa* e estende-se a muitos outros temas caros à cultura nacionalista. Apesar da tendência monolítica

5. António Augusto Rosa Peixoto (1868-1909), para além de naturalista interessado na geologia e mineralogia e de arqueólogo, foi um etnógrafo de mérito, tendo publicado diversos artigos sobre temas da cultura popular nas páginas da revista *Portugalia*. Em 1904 com «A Casa Portuguesa» desenvolve uma das consistentes críticas à existência de um modelo único de casa portuguesa pelo que foi ignorado.

6. Francisco Arruda Furtado defendia a existência de uma cultura popular açoriana mas considerava-a marcada pelo signo da subalternidade e da inferioridade relativamente ao continente português. Deve, pois, ser entendida como uma singularidade negativa, muito pouco inspiradora do movimento regionalista.

7. VASCONCELOS, Joaquim de - Ensaio sobre a arquitectura românica em Portugal. *Arte*. a. 4^o, n.º 38 (1908) pp. 14-16.

que se afirma a partir da segunda década do século XX, no que toca ao movimento da casa portuguesa (com as vozes críticas de João Barreira e Joaquim de Vasconcelos), a posição da maioria dos defensores da cultura nacional, nomeadamente os membros mais activos do Integralismo Lusitano, admitia a descentralização regional como parte essencial na formação da consciência identitária.

O desenho do programa adoptado pelos integralistas para as conferências que promoveram, em 1917, na Liga Naval, previa o contributo das diversas províncias segundo um esquema preciso, em que eram abordados vários temas, onde também se incluía a arquitectura civil, religiosa e militar. Armando Côrtes-Rodrigues foi o orador escolhido para representar os Açores numa conferência que, afinal, não chegou a realizar⁸.

Mas a relevância do tema não poderia passar despercebida a Leite Ataíde que dois anos depois publica os «Apontamentos sobre Arquitectura Regional», como muito bem salienta Igor França⁹. Repare-se como o título – *Arquitectura Regional* – aponta para uma realidade arquipelágica que começava, então, a despontar ao nível do discurso, mas que se revelava absolutamente frágil e fragmentária no plano das concepções e das realizações concretas.

É certo que na sequência do 1^o Movimento Autonomista, na dobragem do século, assiste-se a algumas tentativas para aproximar as ilhas que historicamente haviam vivido de costas voltadas, fechadas na sua insularidade mais radical ou estabelecendo elos de ligação circunstanciais com as demais. Recordemos a propósito as

8. Realizaram-se as conferências sobre o Minho (Luís de Almeida Braga), Alentejo (Pires de Lima) e Beira Baixa (Hipólito Raposo). Ver CORDEIRO, Carlos - *Nacionalismo, regionalismo e autoritarismo nos Açores durante a I República*. Lisboa: Edições Salamandra, 1999. p.258.

9. FRANÇA, Igor Tavares Melo - *Arquitectura doméstica e a construção de Identidade: o modelo da casa micaelense*. Ponta Delgada, 2006. p. 6. Trabalho curricular apresentado no âmbito do Mestrado de Património, Museologia e Desenvolvimento da Universidade dos Açores.

«confraternizações íntimas» que visavam anular velhas rivalidades entre as elites das várias ilhas (sobretudo de São Miguel e da Terceira), ou a *Exposição Distrital d'Artes e Indústrias de Ponta Delgada* promovida pela Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (inaugurada a 18 de Maio de 1895), cuja principal finalidade consistia em mostrar aos «irmãos terceirenses» as potencialidades do distrito¹⁰. Não passavam, por enquanto, de iniciativas isoladas, desprovidas de um verdadeiro sentido histórico e mal ancoradas num programa ideológico¹¹.

O discurso regionalista, misturando geografia e história, quando se afirma na década de 20 procura estender-se, também, ao domínio das artes. O debate acerca da «arte regionalista» agitava as páginas da imprensa local desde os anos de 1916, quando Armando Narciso lançara o repto aos artistas açorianos para que se inspirassem na paisagem, nos costumes e nas tradições locais a fim de produzirem a «individualização» açoriana ou o «açorianismo», na expressão também por ele usada¹². Com efeito, o movimento necessitava de um discurso visual, para além das ideias políticas, das tradições e costumes, e o contributo de Leite Ataíde deve ser visto como uma resposta concreta a esse desígnio.

«A arte para ser regionalista tem de se apresentar como a síntese do meio e como cada região tem o seu carácter definido e as suas tradições próprias, nós vamos assim chegar a um estilo original na arte, isto é a expressão mais elevada do modo de sentir a eurhythmia das linhas, a harmonia das cores e a melopeia musical dentro do limite

10. MARTINS, Rui Sousa - Os costumes populares e a construção oitocentista de identidade no arquipélago dos Açores. *Patrimónia*. nº 5 (1999) p.41.

11. O programa das «confraternizações açorianas» intensifica-se ao longo da década de 20, já então com propósitos claramente unificadores do sentimento açoriano. Ver CORDEIRO, Carlos - *Nacionalismo, regionalismo e autoritarismo...* especialmente pp. 316-330.

12. NARCISO, Armando - Coisas das Ilhas : arte regionalista. *Diário dos Açores*. Ponta Delgada. (20 Nov. 1916).

das tradições pátrias, na frase do Sr. Joaquim de Vasconcellos.»¹³

Além de Joaquim de Vasconcelos, Leite Ataíde cita ainda Ramalho Ortigão para recordar que a estética nacional é a seiva de toda a produção artística. Do «nacional» salta para o «regional», aparentemente sem contradição visto que o regionalismo é uma variante original dessa estética nacional: «... e assim, tradição, regionalismo e originalidade representam uma sequência de ideias cuja interdependência é das mais estreitas» – conclui Leite Ataíde¹⁴.

O quadro tranquilo da *arte regionalista* agita-se porém no momento em que são expressas as concepções subjacentes à unidade regional e formalizadas as propostas concretas.

Pese embora as tentativas de unidade e comunhão de sentimentos, os diferentes cambiantes que a identidade regional assume para os intelectuais da 1ª República variam em função do lugar físico e da posição ocupada no xadrez político e social: a centralidade informal de São Miguel, por razões económicas justificando uma visão simultaneamente isolada (distante da metrópole) e estreitando relações mais vastas no espaço do Atlântico (EUA, Inglaterra); a centralidade histórica de Angra, por razões político-administrativas, justificando uma visão de integração plena no todo nacional. Com uma tónica fortemente positiva, a singularidade e a diferença dos Açores no discurso de Luís Silva Ribeiro dará ensejo, mais tarde, a Nemésio para a reflexão em torno da «Açorianidade»¹⁵. Ao contrário de Arruda Furtado que via no isolamento das ilhas um factor negativo, Silva Ribeiro encontrava nesse mesmo isolamento do arquipélago, povoado pelos valorosos portugueses de quinhentos (os portugueses que «deram

13. ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de - Apontamentos sobre arquitectura regional. p. 335.

14. *Ibid.*

15. O conceito de «Açorianidade» inspirado na «Hispanidade» de Miguel de Unamuno foi criado por Nemésio, descrito pela primeira vez em 1932 num artigo publicado pela revista *Ínsula* por ocasião do V centenário do descobrimento dos Açores. *Ínsula*. Ponta Delgada. n.º 7-8 (1932).

novos mundos ao mundo»), um factor de intensificação da portugalidade. Em vez de sermos menos Portugal, seríamos, pelo contrário, mais Portugal. Nessa perspectiva, a Região tende a ser vista como uma pequena pátria indissociável da grande pátria e nesse sentido os Açores são vistos como uma espécie de quintessência de Portugal¹⁶.

Menos propenso a reflexões de teor filosófico, Leite Ataíde abraça o projecto regionalista, por meio da arte e da etnografia. Na proposta para a criação das secções de arte e depois de etnografia do Museu de Ponta Delgada, defende a necessidade de revelar a «vida regional» na sua feição típica e tradicional, uma vez que «...as suas características se iam perdendo sob fortes e continuas influencias estranhas»¹⁷. Contra essas «influências estranhas» defendia igualmente um modelo de casa regional. Em ambos os casos o uso do termo «regional» justifica-se por razões ideológicas porquanto a realidade a que se reporta restringe-se ao conhecimento histórico e patrimonial da ilha de São Miguel. Aliás, no que diz respeito à arquitectura de carácter regional, Leite Ataíde emendará a mão logo no ano seguinte ao falar de «casa micaelense» num texto dedicado à «Arquitectura Regional»¹⁸.

16. Sobre o pensamento de Luís da Silva Ribeiro, um dos maiores protagonistas do movimento regionalista veja-se ENES, Carlos - Ribeiro, Luis da Silva. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <<http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>>; RIBEIRO, Luís da Silva – *Obras*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira : Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1982-1996, 4 vols.; CORDEIRO, Carlos - *Nacionalismo, regionalismo e autoritarismo...* especialmente cap. III.1 - O Regionalismo como Ideologia. pp.247-316.

17. ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de - *As Secções de Arte e Etnografia do Museu de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Oficina de Artes Gráficas, 1944. p.12.

18. Trata-se de um pequeno texto dedicado à casa micaelense (*Arquitectura Regional* : S. Miguel Açores, 1920) mais tarde objecto de desenvolvimento para a arquitectura da Ribeira Grande, e no qual se fundamenta para criar o «estilo Micaelense». Ribeira Grande, sua arquitectura antiga. *Insulana*, vol 6, nº 1-2 (1950) pp.33-68.

A proposta e os modelos

A proposta de Luís Bernardo Leite Ataíde para a «casa de carácter regional» ganha outro sentido à luz das questões que acabámos de passar em revista. A concretização das tradições culturais locais pela arte, procurava testar o regionalismo de um modo «objectivo», oposto ao modo «subjectivo» de interpretar a *alma açoriana* ou a *psicologia popular*.¹⁹

Certamente por isso reveste-se de um âmbito muito concreto. O projecto destina-se a uma área específica da expansão urbana de Ponta Delgada, precisamente a avenida Príncipe de Mónaco, de há poucos anos inaugurada e que vinha sendo profusamente arborizada na linha dos modernos *boulevards*. Leite de Ataíde privilegia assim a via ruralizante da casa de campo ou *villa*, incorporando imagens campestres, embora fosse destinada a uma classe média urbana. O mesmo tipo de preferências que Raul Lino veiculava nas suas obras.

Se olharmos atentamente para os modelos que servem de referência a Leite Ataíde, concluímos que a sua casa regional recebe inspiração directa da arquitectura antiga, dos séculos XVII e XVIII, e filia-se numa matriz erudita – o que contraria abertamente o discurso do «popular» presente nas correntes nacionalistas que defendiam a arte como emanção das tradições populares.

No artigo de 1919, Leite Ataíde chama a atenção para o conjunto de características estilísticas de um grupo de edifícios pertencentes aos séculos XVII e XVIII nos quais reconhecia «notas inconfundíveis de carácter tradicional». É portanto a esse período que vai buscar inspiração. Pelo contrário, o século XIX não lhe interessava. Pouco ou nada lhe trazia «à investigação de elementos que venham reforçar ou definir melhor o carácter tradicional da habitação indígena»,

19. Esta duplicidade entre o «modo objectivo» e o «modo subjectivo» de encarar o regionalismo é defendida por Luís da Silva Ribeiro nas páginas do *Correio dos Açores* em 1923. Cit. por CORDEIRO, Carlos - *Nacionalismo, regionalismo e autoritarismo...* p. 271.

asseverava. E concluía: «Demolir, transformar, desregionalizar eis no que se resume esse período final de cento e dezanove anos»²⁰.

A recusa do século XIX apresentava-se pois justificada pelo duplo argumento, moral e nacionalista. É que a arquitectura dos séculos XVI, XVII e XVIII, representava a expressão mais autêntica e genuína do sentimento do povo e com eles o mais elevado significado moral se podia extrair, e ainda poderia ser compartilhado pelos contemporâneos. Ao invés, o século XIX, marcado pelo snobismo dos estrangeirismos, havia pretendido «transplantar para os Açores autenticos modelos de países de nós afastados pelo clima, pela paisagem, pela raça, pela religião e pelo sentimento». Tudo isso não passava de uma excentricidade fútil, incoerente e incompatível face à «campanha de nacionalização que urge por todas as formas avigorar.»²¹

«O conhecimento pois d'esse fundo antigo sobrevivente é ponto de partida 'sine qua non' se poderá tocar o problema do regionalismo, considerando este como a interpretação exata em formas plásticas do modo de ser moral, do desenvolvimento intellectual e das tendências sentimentaes de um determinado povo, encarado como um legitimo producto do meio fisico e das condições sociaes do rincão em que vive.»²²

Na mente e no estudo de Leite Ataíde a *arquitectura regional* é composta pelos exemplares da casa morgadia, das igrejas e dos conventos existentes na ilha. Procedendo a uma reciclagem extraída da arquitectura de prestígio, acaba por produzir uma síntese necessariamente ecléctica e que compromete a autenticidade dos modelos históricos sujeitos às evoluções estilísticas e à diversidade geográfica.

20. *Ibid.*, p. 328.

21. ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de - Apontamentos sobre arquitectura regional. p. 336.

22. *Ibid.* p. 335.

Ao elaborar a composição da casa de carácter regional como uma espécie de puzzle, Leite Ataíde não se afasta, afinal, do *modus operandi* dos arquitectos oitocentistas nas suas criações revivalistas e eclécticas.

Na composição dos volumes e na articulação das planimetrias, o seu projecto está mais conforme aos tipos da casa rural do que aos da casa urbana, como atrás afirmei. Com efeito, recusa o bloco fechado e espraia-se em volumes diferenciados e planimetrias recortadas, que compõem uma planta e alçados irregulares e pressupõem a abertura franca e aberta ao espaço circundante.

Na linha do que defendia Raul Lino, o tradicionalismo da proposta não devia deixar de considerar a integração de equipamentos tecnológicos e funcionalidades tidas como atributos da modernidade. Pois a tradição e «o estado presente da evolução social» são dois aspectos que devem ser vistos em complementaridade e não em oposição. A casa de «estilo antigo» no que tem de apreciável na decoração, de característico e típico na disposição interna, deverá saber adaptar-se «ao gosto e as exigências do conforto e da hygiene modernas», assevera Leite Ataíde²³.

É assim que admite uma série de alterações significativas ao plano tradicional da casa. Desde logo, a proposta apresentada prevê apenas um piso em vez dos habituais dois pisos, votando os baixos para as lojas e o andar nobre para habitação. Sobrelevando o único andar habitado sobre uma grande caixa-de-ar, «afim de se obter uma boa conservação dos madeiramentos»²⁴, Leite Ataíde dá continuidade a uma solução já ensaiada em alguns dos edificios mais modernos de finais de oitocentos.

Também na organização do espaço interno as alterações são sensíveis, revelando uma distribuição funcional que separa: a) a **zona social** na frente da casa, composta pela sequência das salas

23. *Ibid.* p. 336

24. *Ibid.* p. 339

e terminando no grande quarto de jantar e copa, numa das extremidades; b) **zona reservada à família** na retaguarda, com os quartos de dormir e de banho, intercalados e distribuídos ao longo de um amplo corredor central; e c) a **área de serviço**, em corpo separado, composto pela cozinha, dispensa, goma, WC e banho, igualmente articulados por um estreito corredor e ligados, por um dos lados, ao quarto de jantar e pelo outro ao quintal das traseiras. (fig.6)

A acentuada horizontalidade do conjunto é contrariada pela torre, elemento verdadeiramente vernáculo da arquitectura portuguesa e particularmente da açoriana. Presente quer nos exemplares da arquitectura doméstica quer nos característicos mirantes dos conventos femininos micaelenses, os volumes torreados isolados ou elevando-se acima da cobertura, marcam a paisagem construída com uma constância notável, do século XV ao XIX (embora menos presentes na arquitectura tardo-quincentista e seiscentista). Assim, num projecto de *carácter regional* a torre não poderia faltar.

Corrigindo a tradição...

Se nalguns aspectos segue escrupulosamente a tradição, noutros reinventa-a. Leite Ataíde apoia-se nos três tópicos da morfologia da casa portuguesa mais insistentemente defendidos por Raul Lino: a caiação dos muros, a presença do alpendre e os revestimentos azulejares.

Nenhuma dúvida oferece a regular e generalizada caiação dos muros como traço característico da arquitectura tradicional de prestígio. O mesmo não se passa, porém, com os restantes dois elementos, um mais estrutural, o outro de sentido decorativo e ambos suficientemente ausentes das antigas casas micaelenses.

Quanto ao alpendre Lino afirmara que «(...) entre nós deveria merecer tal desenvolvimento que se tornasse indispensável, princi-

palmente nas habitações desprovidas de jardim. Para isso não nos faltam os melhores modelos nas nossas construções antigas»²⁵.

A insistência no alpendre estava ligada à génese do movimento da casa portuguesa, elemento essencial já referido por Henrique das Neves, em 1893, e desde então nunca esquecido por quantos abordaram o tema²⁶.

Nos Açores, o alpendre não constitui um traço comum da arquitectura antiga e Luís Bernardo sabia-o. Tanto que num texto de 1918 intitulado *Etnografia Artística* esclarece: «O tipo de casa portuguesa com escada exterior, balcão e alpendrada encontra-se também entre nós mas com muita dificuldade, não passando de uma excepção à regra geral»²⁷. Para corrigir a imprecisão e justificar historicamente o balcão fechado que aplica na sua «casa de carácter regional», cita os alpendres conventuais e alguns alpendres visíveis em casas da Fajã de Baixo, Arrifes, Furnas, etc, aspecto que – convém dizê-lo – surge associado a alguns exemplares do chalé romântico oitocentista.

Relativamente ao azulejo, como marca distintiva da arte portuguesa – presente desde o início da Idade Moderna e extensível ao espaço doméstico –, o seu uso no caso açoriano foi bastante mais parcimonioso, limitando-se ao contexto religioso. Não havia, pois, precedente histórico que justificasse a sua inclusão na casa de carácter regional. Leite Ataíde contorna o problema dando relevo à tradicional arte dos embrechados (aqui designados por *lapinbas*) e reservando a presença dos azulejos para as banquetas do exterior. (fig.7)

25. LINO, Raul - *A Nossa Casa*. Lisboa: Ottagrafica, 1923. p. 51. 1ª ed. 1918.

26. Henrique das Neves num estudo dedicado à famosa Cava de Viriato introduz uma extensa nota de rodapé, com duas páginas, onde defende que o balcão largo e telhado geralmente presente no primeiro andar da habitação popular, constituía um traço comum à arquitectura popular de todo o norte do país e não apenas restrito a Trás-os-Montes, como havia defendido o antropólogo Paula de Oliveira, cuja conversa recordava. Ver LEAL, João - *Etnografias portuguesas ...* pp.110-112.

27. ATAÍDE, João Bernardo Leite de - *Etnografia artística São Miguel, Açores*. Ponta Delgada: Oficina de Artes Gráficas, 1918

No entanto, é curioso verificar que nas experiências concretas que levará a cabo, mais tarde, no convento de Belém (restauro do convento e arranjo da casa do caseiro), Luís Bernardo segue o figurino proposto por Raul Lino, nela incluindo o alpendre e o uso abundante dos azulejos no interior das salas. (fig.8)

Um outro aspecto a que Raul Lino viria a dar grande destaque – o característico *sanqueado* dos telhados terminando no beiral duplo –, passa despercebido ao etnógrafo micalense. Na verdade Lino só chamaria explicitamente a atenção para este ponto na sua segunda obra, *A Casa Portuguesa* publicada em 1929. É então que afirma nunca o telhado assentar sobre as paredes «com a dureza geométrica usada noutras terras» mas com a doçura de uma tenda pousada à maneira das tendas árabes, tal como as vira em Marrocos durante a viagem que efectuou em 1902²⁸.

Ao fixarmos o olhar no perfil dos telhados da casa de Leite Ataíde constatamos a total ausência daquela forma elegante de tenda, conforme a imagem que Lino gostava de empregar. A desatenção de Ataíde poderá parecer estranha, dada a sua sensibilidade e poder de observação. Tanto mais que inúmeros exemplos da arquitectura tradicional micalense mostravam claramente a curvatura formada pela dupla inclinação dos telhados, de forma porventura não tão acentuada como em algumas zonas do continente português mas mesmo assim suficientemente perceptível.

Originalidade da linguagem decorativa

Muito mais atento se mostrou relativamente aos detalhes ornamentais da arquitectura doméstica antiga, tendo chamado a atenção para a originalidade contida no vocabulário decorativo usado

28. LINO, Raul - *A casa portuguesa*. Lisboa: Edições Cotovia, 1992. p.58. 1ª ed. 1933

em muitos dos edifícios seiscentistas e setecentistas da ilha de São Miguel. Composto por um conjunto de signos visuais geométricos e esquemáticos, como a roseta de seis pétalas, a suástica de raios curvos, a pirâmide, a cruz vasada ou o signo saimão (estrela de David), Leite Ataíde acabaria por isolá-los do conjunto regional criando um sub-grupo a que apelidaria de «estilo micalense»²⁹. (fig.9)

Porventura estimulado por Joaquim de Vasconcelos, que chamara a atenção para a persistência de certos motivos do românico na arte popular portuguesa, Leite Ataíde reconhecia nesse acervo um fundo muito antigo de sabor vernáculo. A discussão em torno do estilo micalense está, certamente, longe de ter terminado, mas interessa-me agora salientar outras possíveis leituras interpretativas acerca da permanência de um certo tipo de linguagem decorativa no espaço insular. Parece-me que devemos ver naquele conjunto de signos esquemáticos, indicadores preciosos (ou sintomas no sentido freudiano) de uma determinada linguagem artística que se aproxima mais de uma forma de escrita, por assim dizer de pendor ideográfico, do que das formas naturalistas directamente percebidas pela visão. Não estarão, além do mais, tão restritos à arquitectura como à primeira vista possa parecer e também não estão circunscritos a uma restrita área geográfica, adoptando o comportamento de migração contínua entre diversos suportes e tipos de objectos, demonstrativa da vitalidade intrínseca e autóno-

29. ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de - Ribeira Grande : a sua arquitectura antiga. *Insulana*, Ponta Delgada. vol. 6, nº1-2 (1950) pp.33-68. Sobre a questão do «estilo micalense» veja-se também CALDAS, João Vieira - O 'estilo Micalense'. In *Ribeira Grande, São Miguel*. Ribeira Grande: Câmara Municipal; Angra do Heroísmo: IAC/DRC, 2007. pp. 27-32 (Inventário do Património Imóvel dos Açores), ALBERGARIA, Isabel Soares de - Figuração mágico-simbólica na arquitectura açoriana : sinais de uma identidade emersa. In CASTRO, Gabriela; MIÚDO, Berta; PIMENTEL, Magda, coord. - *Reflexão sobre mundividências da açorianidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2009. pp. 195-200.

ma do signo e remetendo para a origem dos arquétipos formais³⁰.

Na proposta de 1919, porém, Leite Ataíde não isola completamente este conjunto de motivos tão característicos e possuidores de uma «personalidade própria e inconfundível». No repertório que apresenta, quer para a decoração arquitectónica quer para o mobiliário da «casa de carácter regional», eles assumem uma presença dominante embora misturados com motivos de proveniência diversa, como é o caso da coluna pseudo-salomonica e das cordas, ou dos concheados de perfil barroco. Demonstra, no entanto, plena consciência das distintas origens desses motivos e das respectivas famílias a que pertencem:

«De carácter erudito, utilizamos a concha, os SS e as pyramides quadrangulares jesuíticas»; «De carácter rústico: a roseta quadrifolia, o suastika, e a pombinha, nas quaes se reconhecem as reminiscências supersticiosas e o fundo religioso.»³¹

3. Canto da Maia em entrevista ao *Diário dos Açores*, 6-8-1925

O breve comentário dispensado pelo escultor micalense Ernesto Canto da Maia acerca da obra de Raul Lino e do tema da casa, não se coloca em oposição declarada à do seu conterrâneo Leite Ataíde, mas demonstra relativamente a este algumas diferenças substanciais.

É na sequência de um anúncio colocado por Canto da Maia no *Diário dos Açores*, no qual comunicava aos leitores a sua disponibilidade para gratuitamente «elaborar planos de casas artísticas e econó-

30. O conceito de forma arquetípica foi inicialmente desenvolvido pelo historiador de arte Alois Riegl (1858-1905) que revolucionou a abordagem tradicional dos estilos defendendo a autonomia das formas, independentemente da técnica ou material em que surge, enquanto fenómenos que atravessam os tempos e as culturas e são transestilísticos.

31. ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de - Apontamentos sobre arquitectura regional. p.342.

micás», que o jornalista Manuel da Silva Carreiro pede uma entrevista ao autor do generoso anúncio³².

Canto da Maia começa por esclarecer que o anúncio não se destinava aos pobres – «que esses não lêem jornais» – mas à classe média. Prossegue explicando como um pequeno proprietário, ou um pequeno industrial que desejasse construir uma casa poderia fazê-lo de forma mais desafogada e artística, em vez da «insipidez arquitectónica» que habitualmente via nas construções novas. Para isso bastava que lhe mostrasse o terreno disponível, a sua topografia e o programa desejado com todas as «comodidades caseiras».

Instado a escolher um estilo, Canto da Maia pronuncia-se a favor da «casa à antiga portuguesa», revelando conhecer perfeitamente as propostas que então circulavam no país, e particularmente as obras de Raul Lino.

«Há por exemplo na casa à antiga portuguesa alguns estilos ... – começa ele. E dá-lhes destaque aquele muito curioso e pitoresco das casas alpendradas, com as notas estridentes do colorido dos azulejos, telhados e beirais.»³³

Repare-se como a principal função do alpendre prende-se com o seu potencial cenográfico, do mesmo modo que o colorido «estridente» dos azulejos e a forma recortada e elegante dos telhados e beirais vêm reforçar os efeitos do pitoresco. Com o mesmo entusiasmo pelos valores paisagísticos que movia Raul Lino, os elementos que integram a referência a este estilo têm antes de mais uma função estética e visual. A sensibilidade refinada de Canto da Maia, que sempre privilegiou uma estética idealista, aproxima-o naturalmente das correntes culturalistas em desfavor do posicionamento funcionalista do modernismo mais radical.

32. Entrevista concedida ao jornalista Manuel da Silva Carreiro pelo escultor Canto da Maia. A estética das nossas casas : duas horas de palestra com o ilustre escultor Canto da Maia. *Diário dos Açores*. Ponta Delgada. 4ª série, nº 10007 (10 Ago. 1925).

33. *Ibid.*

Quanto ao contexto, Canto da Maia é peremptório ao destinar essas casas alpendradas ao ambiente do campo. Ao contrário de Lino que incorpora nos seus modelos a imagem da casa de campo ou da *villa* – mesmo quando destinada ao espaço urbano –, Canto da Maia estabelece a distinção clara entre as tipologias rurais e urbanas, na linha do que João Barreira já tinha defendido em 1909³⁴. Para a cidade, propõe a casa «estilo D. João V» que confusamente vê como uma adaptação do estilo jesuítico. E acrescenta:

«Se quiserem qualquer desses estilos posso estudá-los. Mas o fim da publicação do falado anúncio foi uma possível orientação a dar às modernas construções de cimento armado.»

Eis que esta alternativa baralha completamente o partido tomado pelos defensores da casa portuguesa e do regionalismo, introduzindo-nos num universo radicalmente oposto ao primeiramente enunciado. Dando conta de que acompanhava as novidades dos tempos modernos, Canto da Maia elogia processos construtivos que ainda mal se praticavam em Portugal e estavam longe de vir a ser implementados nos Açores³⁵. Aparentemente Canto da Maia não se apercebe da contradição implícita nos dois modos de conceber a arquitectura, tão exemplarmente expostos nos princípios que norteiam a construção da casa portuguesa, por oposição aos princípios da con-

34. João Barreira, um dos críticos do movimento da casa portuguesa havia, defendido a inadequação do modelo de inspiração popular e rural à vivência moderna e urbana. BARREIRA, João - A habitação em Portugal. In *Notas sobre Portugal*. vol. 2, pp.147-178, cit. por LEAL, João - *Etnografias portuguesas ...* p.128.

35. A Fábrica de Moagem de Trigo do Caramujo, em Almada, constitui a primeira construção em betão (aplicando o sistema Hennebique) erguida em Portugal, entre 1897 e 1898. Durante décadas o betão está reservado a construções industriais, pontes e outros grandes equipamentos só vindo a assumir funções estruturais e plásticas na arquitectura durante o ciclo modernista dos anos 20. Nos Açores, a tradição sustenta que a fábrica de chicória da Ribeirinha, erguida no final da década de 20, terá sido a primeira construção em betão armado. Está no entanto por fazer a história da construção contemporânea nos Açores.

cepção moderna. Oposição que nas palavras de Ana Tostões significam a substituição do «primado da composição» pelo princípio da «concepção estrutural determinada pela matéria e pela finalidade»³⁶.

Aos leitores do *Diário dos Açores* o escultor Canto da Maia aconselha:

«as casas modernas não se prestam a grandes ornatos e arrebiques exteriores. Não é nisso que se resume uma casa. Devemos cuidar também o interior, favorece-lo em suma de condições higiénicas.»

Continua advogando a existência no exterior de «planos desafogados», «janelas amplas», «portas correctas» e «harmonia de linhas que dê duplamente elegância e conforto»

Manifesta-se claramente neste enunciado, os princípios de uma estética depurada e avessa ao ornamento como elemento apenso do fachadismo oitocentista, contra o qual se posicionavam as correntes mais vanguardistas, quer francesas quer alemãs, e que havia conduzido à celebre proclamação de Adolf Loos, em 1908: «o ornamento é um crime»³⁷.

Vivendo em Paris e contactando com uma realidade artística mais cosmopolita e plural, Canto da Maia posicionava-se favoravelmente ao entendimento das recentes orientações artísticas, o que fez dele, como sabemos, um dos pioneiros do modernismo português na escultura por via do simbolismo e da *art déco*. Essa condição, no entanto, não justificaria a compreensão da faceta mais radical do movimento moderno, quer no que toca à prevalência do sistema industrial

36. TOSTÕES, Ana - *Construção Moderna: as grandes mudanças do século XX*. Disponível em <http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_b.pdf>

37. Axioma defendido por Adolf Loos na celebre colectânea de ensaios a que chamou *Ornamento e Crime*, publicado pela primeira vez em 1931, embora recolhendo textos escritos desde 1908. Loos pretendia salientar a pureza estrutural das formas contra o artifício do ornamento, vendo nessa evolução o sintoma de que a arte moderna alcançara um estágio superior de maturidade estética.

na construção moderna quer, em consequência deste, da alteração operada nas noções clássicas de forma e proporção. Fiel a princípios da «espiritualidade na arte» e «subjectividade artística», Canto da Maia nunca poderia perfilhar o axioma materialista expresso por Le Corbusier em 1923: a «casa é uma máquina de habitar»³⁸.

Seria este afinal – embora não o soubessem então – um ponto de convergência entre ele e Leite Ataíde. Canto da Maia, porém, não toca sequer na questão do regionalismo e chegada a hora de construir a sua casa em São Miguel, fá-lo de acordo com as linhas estéticas que enunciara na entrevista de 1925, fiel a um percurso individual que nunca abandonou. (fig.10)

4. balanço de uma década...

O binómio arquitectura/identidade tem no caso micaelense um episódio singular sem consequências imediatas na reflexão produzida ao nível das restantes ilhas do arquipélago açoriano³⁹. O etnógrafo micaelense Luís Bernardo Leite Ataíde foi o primeiro a desenvolver um pensamento tendente à identificação entre os valores morais e físicos expressos na arquitectura doméstica antiga e os valores nacionalistas e regionalistas.

Na verdade, foi o único, se considerarmos a I República exclusivamente como período de análise. Com efeito, outros tex-

38. LE CORBUSIER - *Vers une architecture*, Paris: Flammarion, 1995. 1ª ed. 1923

39. A questão da arquitectura só pontualmente foi equacionada no âmbito da campanha de «regionalização da arte» sustentada pelo periodismo dos anos 10 e 20. O *Diário dos Açores*, por exemplo, na sua edição de 1-12-1915 defendia a manutenção das *lavouras* na pedra à vista pois tinha «... a vantagem de ser uma pedra especial do solo açoriano, e portando [dava] ao monumento de qualquer natureza que ele seja o cunho açoriano de obra de arte original». Cit. por CORDEIRO, Carlos - Regionalismo e identidade açoriana durante a Primeira República. *Patrimonia*. nº 5 (1999) pp.45-52, nota 34.

tos que abordam explicitamente a questão da casa tradicional, só surgirão na década de 30 e evitam sempre uma visão de conjunto. Refiro-me, por exemplo, à «Habitação na Ilha Terceira», por Luís da Silva Ribeiro, em 1934, e a «Evolução da casa na ilha do Faial» por Manuel Dionísio, em 1937, ambos compilados por Carreiro da Costa em 1958, e significativamente reunidos sob o título «A Casa Rural Açoriana»⁴⁰. Aqui Carreiro da Costa manifesta a tentativa de conferir unidade a uma realidade que aparecia aos olhos de todos irremediavelmente parcelar.

A arquitectura popular açoriana só viria a ser alvo de uma visão de conjunto devidamente sistematizada por um exaustivo trabalho de campo e outras premissas metodológicas, com o levantamento da *Arquitectura Popular dos Açores* efectuado nos anos 80, e sofrendo, logo depois, uma recontextualização significativa ao relacionar-se com a área geográfica e cultural da Macaronésia, como muito bem chama a atenção Igor França no citado estudo⁴¹.

Um segundo ponto que me parece importante salientar, prende-se com o falhanço da arquitectura popular açoriana enquanto modelo de referência e motivo de inspiração das realizações regionais da «casa portuguesa» ou «à antiga portuguesa». De certa forma já se percebia esse desencontro pela entrevista de Canto da Maia quando propunha a «casa alpendrada» ou ao «estilo D. João V» como variantes de um formulário consagrado, exterior ao quadro insular. Pelas palavras de Canto da Maia não perpassa qualquer menção às tradições populares regionais quando fala dessa corrente arquitectónica. Efectivamente, os exemplares construídos segundo o figurino da casa portuguesa seguem modelos (de

40. Na rubrica dedicada a Etnologia Agrícola, Carreiro da Costa reúne textos de Arruda Furtado, Luís da Silva Ribeiro e Manuel Dionísio com o título genérico de Casa Rural Açoriana. *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*. nº27-28 (1958), pp.97-104.

41. FRANÇA, Igor Tavares Melo - *Arquitectura domestica e a construção de identidade ...* pp.19-22.

catálogo) alheios à reflexão acerca do carácter regional da casa⁴².

Por outro lado, a «arquitectura regional» tal como foi estudada e apresentada por Leite Ataíde em fórmulas mais abstractas ou em realizações concretas, com as diversas acções de restauro que leva a cabo, tem o mérito de chamar a atenção para a singularidade estrutural e, sobretudo, decorativa, da arquitectura micalense mais monumental, destacando do conjunto o tema da casa. Não poderemos deixar de reconhecer no seu paciente e cuidadoso trabalho de identificação de correntes, autores e obras, o mais importante manancial informativo para a história da arte realizado nos Açores ao longo da primeira metade do século XX.

O esforço de Leite Ataíde para valorizar a arquitectura doméstica micalense, sobre a qual pesava a visão negativa do olhar estrangeiro (ao contrário da visão positiva que a esse mesmo olhar estrangeiro haviam merecido a paisagem e os jardins), resgata-a da sua função meramente referencial enquanto signo da paisagem rural. Pese embora o determinismo ambiental que norteia o pensamento do etnógrafo micalense, as construções arquitectónicas são portadoras de uma força expressiva própria e não se reduzem a um valor puramente icónico. Talvez por isso as suas propostas não assumiram, de imediato, a força doutrinária capaz de as transformar em receituário da arquitectura regional⁴³.

42. O primeiro e mais emblemático exemplo de uma *casa à antiga portuguesa* em solo açoriano é o da casa projectada pelo próprio Raul Lino para o Dr. Lúcio Agnelo Casimiro, na Avenida Gaspar Frutuoso. Não se conhecendo a peça desenhada que lhe deu origem, sabe-se que a obra data de 1928. No seu perfil não se detectam quaisquer elementos que reflectam as tradições populares regionais. Outros exemplos integrados no movimento da *casa portuguesa*, construídos ao longo dos anos 30 e 40, cumprem igualmente os figurinos nacionais consagrados, como acontece com a casa do Eng. Pacheco de Castro na Avenida Gaspar Frutuoso ou a casa projectada pelo Eng. Luis Gomes na rua do Contador, ambas em Ponta Delgada.

43. A expressão *regionalista* da arquitectura só se verificará mais tarde com o ciclo de obras públicas «de regime», que tem na Estação Agrária de Read Teixeira (1940) o primeiro e mais significativo exemplo.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.

ATAIDE, Luís Bernardo Leite de - *Etnografia Artística São Miguel: Açores*. Ponta Delgada: Oficina de Artes Gráficas, 1918.

ATAIDE, Luís Bernardo Leite de - Apontamentos sobre Arquitectura Regional. *Revista Michaelense*. a. 2, nº 3 (1919) pp.315-343.

ATAIDE, Luís Bernardo Leite de - *Arquitectura regional: S. Miguel Açores*. Ponta Delgada: Oficina de Artes Gráficas, 1920.

ATAIDE, Luís Bernardo Leite de - *As Secções de Arte e Etnografia do Museu de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Oficina de Artes Gráficas, 1944.

CALDAS, João Vieira, ed. lit. - *Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2000.

CALDAS, João Vieira - O 'estilo Micalense'. In *Inventário do Património Imóvel dos Açores – Ribeira Grande, São Miguel*. Angra do Heroísmo: IAC/DRC/CMRG, 2007. pp.27-32.

CORDEIRO, Carlos - *Nacionalismo, regionalismo e autoritarismo nos Açores durante a I República*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1998.

CORDEIRO, Carlos - Regionalismo e identidade açoriana durante a Primeira República. *Patrimonia*. nº 5 (1999) pp. 45-52.

COSTA, Francisco Carreiro da - *Etnologia dos Açores*. Lagoa: Câmara Municipal, 1991.

DIONISIO, Manuel - Evolução da casa na ilha do Faial (1937). *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*. Ponta Delgada. nº27-28 (1958) p.104.

FRANÇA, Igor Tavares Melo - *Arquitectura Doméstica e a Construção de Identidade: o modelo da casa micalense*. Ponta Delgada, 2006. Trabalho curricular apresentado no âmbito do Mestrado de Património, Museologia e Desenvolvimento da Universidade dos Açores. Inédito.

FURTADO, Francisco de Arruda - *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos. Observações sobre o povo micalense*. Ponta Delgada: Tip. Popular, 1884.

FRUTUOSO, Gaspar - *Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1966.

INVENTÁRIO do Património Imóvel dos Açores. Angra do Heroísmo: DRC/ Instituto Açoriano de Cultura, 1999-2005.

LEAL, João - *Etnografias Portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000.

LINO, Raul - *A nossa casa*. Lisboa: Ottosgrafica, 1923. 1ª ed. 1918.

LINO, Raul - *Casas portuguesas*, Lisboa: Edições Cotovia, 1992. 1ª ed. 1933.

MAIA, Canto da; CARREIRO, Manuel da Silva - A estética das nossas casas : duas horas de palestra com o ilustre escultor Canto da Maia. *Diário dos Açores*. Ponta Delgada. 4ª série, nº 10007 (10 Ago. 1925).

MARTINS, Rui de Sousa - Os costumes populares e a construção oitocentista de identidades no arquipélago dos Açores. *Patrimonia*. nº 5 (1999) pp. 35-44.

RIBEIRO, Luís da Silva - Habitação na Ilha Terceira (1934). *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*. Ponta Delgada. nº27-28 (1958) pp.99-103.

TOSTÕES, Ana Cristina - Ecletismo, revivalismo e a «Casa Portuguesa». In PEREIRA, Paulo, dir. - *Historia da arte portuguesa*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1995. vol. 3, pp. 507-591.

VASCONCELOS, Joaquim de - *Arte românica em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992. 1ª ed. 1908.

VASCONCELOS, José Leite de - *Mês de Sonho : conspecto de etnografia açórica*. Lisboa: [s.n.], 1926.



Fig.1 Casa rural micalense na *Exposição de Artes e Industrias* do Relvão, 1901.
Col. Particular



Fig.2 «The typical thick-walled thatch-roofed country house of the Azorean peasant»,
The National Geographic Magazine (Jun 1919)



Fig.3 Rustic house – St. Michael's–Azores, edição postal, s/d



Fig.4 Jarra com representação de um trecho de paisagem rural, com casa e moinho.
Fábrica de Cerâmica Terceirense, década de 20. Col. Particular.



Fig.5 Projecto da casa de carácter regional, por Luís Bernardo Leite Ataíde, *Revista Michaelense*, nº3, 1919, p.335

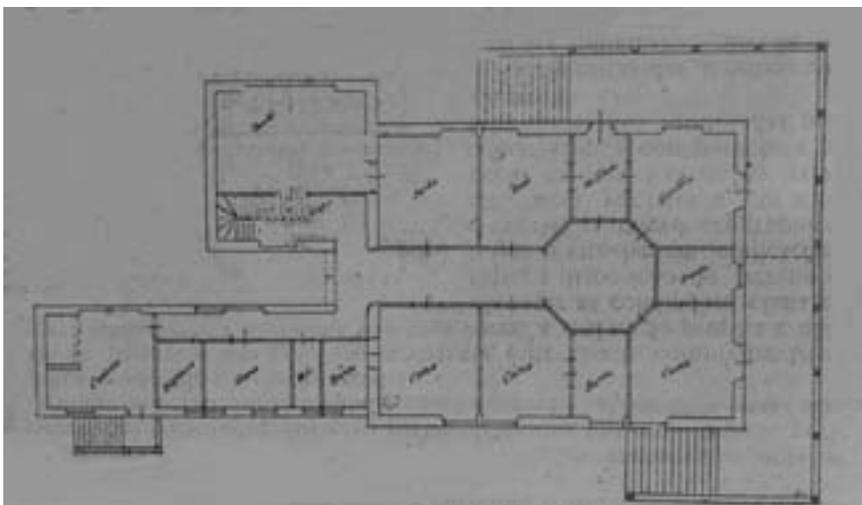


Fig.6 Planta da casa de carácter regional, por Luís Bernardo Leite Ataíde, *Revista Michaelense*, nº3, 1919, p.337

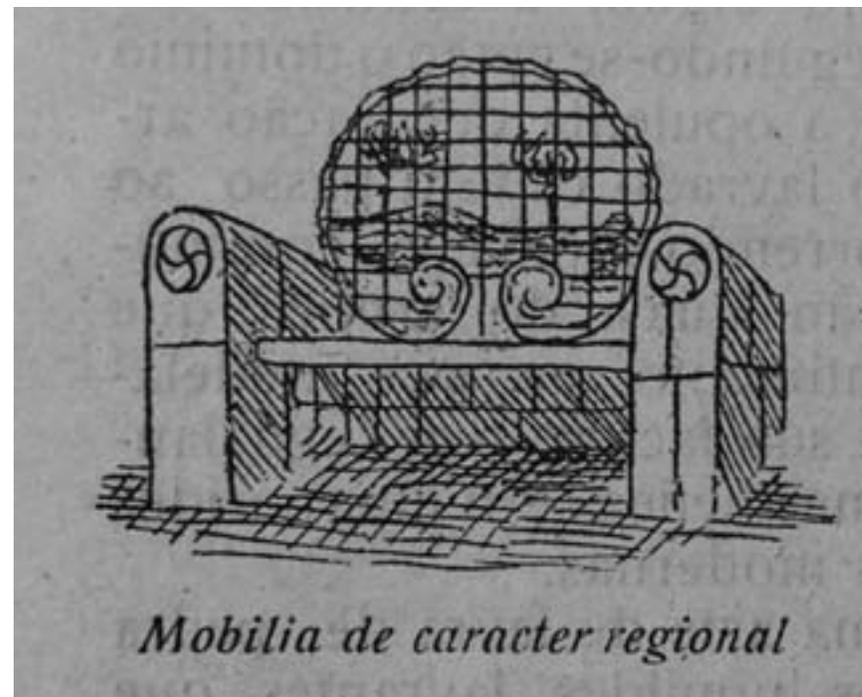


Fig.7 Mobilia de carácter regional, por Luís Bernardo Leite Ataíde, *Revista Michaelense*, nº3, 1919, p.332



Fig.8 Projecto para os painéis de azulejo do convento de Belém, Jorge Colaço, desenho aguarelado s/ papel, c. 1932. Col. Particular. Foto Pedro Pascoal

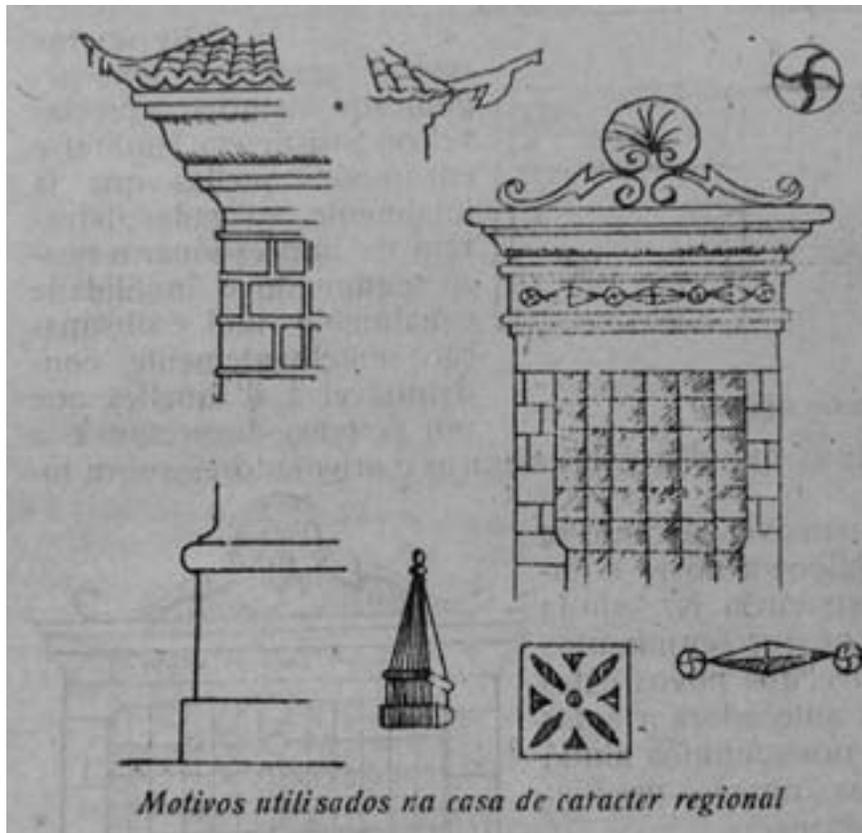


Fig.9 Motivos utilizados na casa de caracter regional, por Luís Bernardo Leite Ataíde, *Revista Michaelense*, nº3, 1919, p.338



Fig.10 Casa de Canto da Maia no Pico dos Diogos – São Roque, construída c.1954. Foto Isabel Albergaria